

INCLUSÃO
320 vagas
são oferecidas no concurso para agente da Polícia Civil, das quais
20% (64)
reservadas a candidatos portadores de deficiência. Eles concorrem em igualdade de condições com os demais e, na inscrição, podem requerer tratamento diferenciado para o dia da prova, especificando as suas necessidades especiais.

NA HORA DA PROVA, ATENÇÃO ÀS NORMAS

AMAMENTAÇÃO

Candidatas que precisarem amamentar durante a realização das provas deverão levar um acompanhante, que ficará em sala reservada e será responsável pela guarda da criança. De acordo com as normas do edital, a candidata nessa situação que não levar acompanhante não fará as provas.

RASURAS

O edital deixa claro que não serão aceitas marcações indevidas, em desacordo com as exigências e com a folha de respostas, como: marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, mais de uma marcação por questão e uso de caneta com cor diferente da preta.

PROVA DISCURSIVA

Prepare-se para fazer um texto dissertativo e(ou) descritivo, com o mínima de 30 e o máximo de 50 linhas. Capriche: essa prova vale 10 pontos. É preciso letra legível, texto com clareza, precisão, consistência e concisão.

IDENTIFICAÇÃO

Cuidado na hora da prova discursiva. Ela não pode ser assinada nem conter qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de ser anulada.

NÃO LEVE

Armas e aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, relógio do tipo data bank, walkman, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador e similares). Nada disso é permitido na hora da prova.

Escreva bem

investido em Ministério ou Secretariado do Poder Executivo.
d) O entendimento do STF determina que a prerrogativa de foro, em virtude da função, encontra-se diretamente relacionada ao mandato; encerrado este, os autos são remetidos para o juízo ordinário, com o reaproveitamento dos atos praticados.
e) Os parlamentares distritais e estaduais, bem como os vereadores, não possuem imunidade processual, nos termos da Constituição Federal.

46. Assinale a alternativa correta.
FUNIVERSA 2006 - APEX - ANALISTA JURÍDICO)

(A) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
(B) É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre as diretrizes e bases da educação.
(C) Incluem-se entre os bens dos Estados os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
(D) Os Municípios poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
(E) São reservadas aos Municípios as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição.

47. A Emenda Constitucional n.º 45/2004 acrescentou ao rol de órgãos do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No que diz respeito à composição e às funções do CNJ estabelecidas na Constituição Federal, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
FUNIVERSA 2008 - PCDF - ESCRIVÃO)

I - O CNJ deve possuir um ministro-corregedor, que obrigatoriamente é um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
II - O CNJ é composto por 17 ministros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de três anos.
III - São atribuições primárias do CNJ: exercer um controle da atuação administrativa e jurisdicional do Poder Judiciário; controlar a atuação administrativa financeira deste mesmo poder; verificar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados.
IV - A atribuição secundária do CNJ consiste em zelar pela autonomia do Poder Judiciário,zelar pela observância do artigo 37 da Constituição Federal, bem como rever processos disciplinares e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

a) Todas as afirmativas estão erradas.
b) Há apenas uma afirmativa certa.
c) Há apenas duas afirmativas certas.
d) Há apenas três afirmativas certas.
e) Todas as afirmativas estão certas.

48. Quanto ao Sistema Constitucional de Crises, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
(FUNIVERSA 2008 - PCDF - ESCRIVÃO)

I - Tem por finalidade combater as situações insustentáveis, restituindo o equilíbrio e a estabilidade estatal, amparado pelo regime de legalidade extraordinária, afastando parcial ou integralmente as liberdades públicas, por tempo determinado.
II - As medidas excepcionais de crise podem ser examinadas pelo Poder Judiciário, incluindo a oportunidade e a conveniência do ato praticado pelo Poder Executivo, sem afrontar o princípio da separação dos poderes.
III - O Estado de Defesa depende de consulta prévia junto aos Conselhos da República e de Defesa Nacional, bem como de aprovação do Congresso Nacional para sua decretação, por maioria absoluta, cujos termos devem se ater ao tempo de duração, à restrição ao direito de reunião e ao sigilo de correspondência, comunicação telegráfica e telefônica.
IV - O Estado de Sítio, assim como no Estado de Defesa, depende de consulta prévia junto aos Conselhos da República e de Defesa Nacional, bem como de aprovação do Congresso Nacional, por maioria qualificada de dois terços, cujo decreto conterá a restrição de direitos, tempo de duração e possibilidade de prorrogação.

a) Todas as afirmativas estão erradas.
b) Há apenas uma afirmativa certa.
c) Há apenas duas afirmativas certas.
d) Há apenas três afirmativas certas.
e) Todas as afirmativas estão certas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO (08 questões)
49. Em relação aos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta .
(A) O da autotutela dispõe sobre a possibilidade de anular os atos ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos. <p>(B) Os da razoabilidade e proporcionalidade impõe limitações à discricionariedade, exigindo da Administração Pública adequação entre meios e fins.</p> <p>(C) O da moralidade administrativa assevera que a Administração Pública e os administradores públicos devem agir de acordo com os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e de equidade.</p> <p>(D) O da publicidade exige ampla divulgação de todo e qualquer ato praticado pela Administração Pública.</p> <p>(E) O da eficiência é o que se impõe a todo agente público para realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.</p>

50. Assinale a alternativa que **não** representa um traço característico do poder hierárquico administrativo.

(A) O de editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação dos órgãos subordinados.
(B) O de controlar as atividades dos órgãos inferiores.
(C) O de dar ordens aos subordinados, que implica o dever de obediência.
(D) O de ser marcado pelo discricionarismo.
(E) O de delegar atribuições que não lhe sejam privativas.

51. A Administração Pública tem por incumbência condicionar o exercício do direito dos cidadãos ao bem-estar coletivo, fazendo uso de seu poder de polícia. A respeito desse tema, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) São características do poder de polícia: discricionariedade; auto-executoriedade e coercibilidade.

ARGUMENTAÇÃO, COERÊNCIA, ELABORAÇÃO CRÍTICA, ADEQUAÇÃO AO TEMA: TUDO ISSO FAZ PARTE DA RECEITA DO SUCESSO. CAPRICHE TAMBÉM NA LETRA

(B) A vedação de manter certos animais na zona urbana é um dos exemplos de restrições decorrentes do poder de polícia.
(C) A faculdade de a Administração decidir e executar diretamente sua decisão por seus próprios meios, sem intervenção do Judiciário, caracteriza a auto-executoriedade do poder da polícia.
(D) O poder de polícia é abrangente e não se distingue polícia administrativa de polícia judiciária.
(E) O poder de polícia administrativa ocorre tanto em caráter preventivo como repressivo.

52. Relativamente ao regime disciplinar dos servidores regidos pela Lei n.º 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

(A) As penalidades de emissão e cassação de aposentadoria serão aplicadas pelo Presidente da República ou, havendo delegação, pelo Ministro de Estado.
(B) Ao servidor é proibido manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau.
(C) Tratando-se de servidor ocupante de cargo em comissão, a penalidade será aplicada pela autoridade que houver feito a nomeação.
(D) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
(E) Entende por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por tinta dias, durante o período de doze meses.

53. Acerca da relação jurídica dos servidores com a administração pública, assinale a alternativa incorreta.

(A) O servidor estável que, tendo pedido exoneração do seu cargo, tome posse no cargo de escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), mas seja considerado inabilitado no respectivo estágio probatório, poderá ser investido novamente, por ato de recondução, no cargo do qual se exonerara.
(B) Se a um deputado, em processo de cassação de seu mandato, tiver sido imposta a suspensão dos seus direitos políticos por oito anos, então, nesse período, o ex-mandatário não poderá assumir o cargo de escrivão da PCDF.
(C) O servidor que ocupe cargo público não-cumulável poderá assumir o cargo de escrivão da PCDF, desde que os horários de trabalho sejam compatíveis e ele renuncie aos vencimentos do novo cargo pelo período da acumulação.
(D) Dá-se por meio de exoneração a vacância de cargo efetivo quando o servidor empossado não entra em exercício no prazo devido. Ademais, pode ser exonerado de cargo em comissão, a qualquer momento e a juízo da autoridade competente, o servidor que exerça tal cargo mesmo há mais de dez anos.
(E) Se, por conveniência da administração, o prazo de validade de um concurso for prorrogado por mais dois anos, isso impedirá que o administrador inicie outro processo de seleção para o mesmo cargo durante o prazo de prorrogação, se ainda houver candidatos aprovados do certame prorrogado que não tenham sido convocados para nomeação e posse.

54. Acerca do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa correta.

(A) E decorrência do poder de polícia de que é investida, a administração pública pode condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividade e direitos individuais independentemente de prévia autorização judicial.
(B) O acatamento do ato de polícia administrativa é obrigatório ao seu destinatário. Para fazer valer o seu ato, a administração pode até mesmo empregar força pública em face da resistência do administrado, embora, nesse caso extremo, dependa de provimento judicial.
(C) As sanções decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa - por exemplo, a interdição de atividade, o fechamento de estabelecimento, a demolição de construção, a destruição de objetos e a proibição de fabricação de determinados produtos - só podem ser aplicadas após regular processo judicial, haja vista a dimensão da restrição de direitos individuais que são implementadas.
(D) A proporcionalidade entre a restrição imposta pela administração e o benefício social que se tem em vista, bem assim a correspondência entre a infração cometida e a sanção aplicada, podem ser questionadas em juízo, mas deverão ser esgotadas previamente as vias recursais administrativas.
(E) Considerando a natureza e os efeitos da atuação da polícia administrativa, tem-se que os atos administrativos praticado nessa esfera são estritamente vinculados.

55. Acerca dos direitos e vantagens atribuídos aos servidores públicos federais, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) O servidor de uma fundação pública federal, contratado em 2008, não faz jus a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no cargo.
(B) Segundo a Lei n.º 8.112/1990, na hipótese de substituição de servidor investido em cargo de direção, o substituto só fará jus à retribuição pelo exercício do referido cargo pelo período que exceder a trinta dias de afastamento do titular.
(C) O servidor investido em cargo efetivo e designado para o desempenho de função de chefia não terá direito à incorporação, na sua remuneração, de nenhuma proporção da respectiva gratificação.
(D) Não é admissível que servidor ocupante de cargo efetivo de um órgão público seja transferido para cargo do quadro de pessoal de outro órgão - ainda que ambos os órgãos integrem a estrutura do mesmo Poder.
(E) É facultado ao servidor converter um terço do período de férias em abono pecuniário, desde que o requeira com pelo menos sessenta dias de antecedência.

56. A respeito da classificação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) A nomeação do Procurador-Geral da República, ato praticado pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal, conforme preceitua a Constituição da República, é classificada como ato administrativo composto.
(B) A aposentadoria de um servidor público estatutário é classificada como ato administrativo extinto.
(C) A nomeação de um aprovado para o cargo público efetivo é classificada como ato administrativo interno.
(D) A execução de uma multa fiscal é classificada como ato administrativo interno.
(E) Os pareceres técnicos são classificados como ato administrativo negociado.

CORREIO BRAZILIENSE

Leia muito

NOÇÕES DE DIREITO PENAL (08 questões)
57. A embriaguez completa exclui a imputabilidade quando:

(A) fortuita ou proveniente de força maior.
(B) voluntária ou culposa.
(C) proveniente de paixão ou emoção.
(D) preordenada.
(E) a embriaguez não é causa de exclusão de imputabilidade.

58. Assinale a alternativa que indica corretamente como se consuma o crime de concussão.

(A) A solicitação da vantagem.
(B) A aceitação da vantagem.
(C) A efetiva exigência da vantagem.
(D) O recebimento da vantagem.
(E) O oferecimento de vantagem.

59. No que tange ao sujeito ativo e ao sujeito passivo da infração penal, assinale a alternativa correta.

(A) Nos crimes próprios, o sujeito ativo somente pode ser o autor em pessoa, sem a intervenção de estranhos.
(B) O homem morto pode ser sujeito passivo de crime, como nos crimes contra a honra, em que é punível a calúnia contra os mortos.
(C) Os animais podem ser sujeito passivo de crime, como no caso de maus tratos.
(D) A pessoa jurídica, de acordo com a jurisprudência do STJ, pode ser sujeito passivo de crime contra a honra.
(E) Nos crimes ambientais, o STJ admite a responsabilidade penal da pessoa jurídica, desde que haja imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício.

60. Assinale a alternativa correta com relação ao erro de tipo e ao erro de proibição.

(A) O agente que subtrai a bicicleta do vizinho no bicicletário do prédio supondo tratar-se da sua comete crime de furto culposo, ante a ocorrência do erro de tipo.
(B) O caçador que atira no amigo, matando-o, supondo tratar-se de animal bravoio, mas que, na situação em que se via envolvido, empregando a diligência ordinária exigida na ordem jurídica, não faria a leviana suposição, comete crime de homicídio doloso, em face da não-ocorrência do erro do tipo essencial.
(C) O sujeito que injuria um funcionário público no exercício da função, desconhecendo a qualidade pessoal da vítima - insciente de que se trata funcionário público, não pratica nenhuma infração penal, diante da ocorrência do erro de tipo.
(D) O professor de anatomia que, durante uma aula, lesiona pessoa viva supondo tratar-se de cadáver não comete crime de lesões corporais por encontrar-se em erro de proibição.
(E) O sujeito que mata enfermo terminal, não resistindo aos pedidos deste, pensando que a prática da eutanásia é permitida, excludente da ilicitude, encontra-se em erro de proibição.

61. Acerca dos crimes contra o patrimônio e a fé pública, assinale a alternativa correta.

(A) Prática o crime de estelionato o consumidor que, mediante ligação direta, desvia a energia elétrica provida pela concessionária antes que ela passe pelo registro (medidor) de sua residência.
(B) O agente que derruba a vítima no solo mediante uma trombada, subtraindo-lhe a bolsa e causando-lhe lesão corporal leve, pratica, de acordo com o entendimento do STJ, o crime de furto.
(C) O uso de documento falso pelo próprio autor da falsificação configura um único crime, de acordo com o STJ, o de falsificação de documento público.
(D) A contrafação de uma cédula de R\$ 50,00, apta a ludibriar terceiros, de acordo com o entendimento do STJ, não configura o crime de moeda falsa, em face do princípio da insignificância.
(E) A extorsão é crime material, que se consuma mediante a obtenção pelo agente da vantagem econômica indevida.

62. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - Tanto coação física quanto a coação moral irresistíveis são situações que excluem a conduta do acusado, sendo, portanto, hipóteses de atipicidades.
II - O sujeito que dá início à execução de um crime de homicídio e não o consuma pelo fato de ter se retirado do local em virtude do esgotamento dos meios de execução tem direito aos benefícios estabelecidos no Código Penal para a destitência voluntária.
III - O arrependimento eficaz pressupõe a existência de uma tentativa perfeita em que o agente já esgotou toda a atividade executória.
IV - A tentativa branca ou cruenta deve resultar na diminuição da pena no patamar máximo da tentativa (2/3).

(A) Todas as afirmativas estão erradas.
(B) Há apenas uma afirmativa certa.
(C) Há apenas duas afirmativas certas.
(D) Há apenas três afirmativas certas.
(E) Todas as afirmativas estão certas.

63. Pedro efetuou aborto em Marina, com seu consentimento, e foi condenado a pena de reclusão pela pratica desse ato. Enquanto Pedro cumpre a referida pena, a vier a ser editada uma lei federal que revogue o crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento, cuja conduta típica é "praticar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque" a edição desse ato normativo

PARA GANHAR PONTOS NA ARGUMENTAÇÃO, É PRECISO CONHECER O ASSUNTO, ORDENAR AS IDEIAS COM LÓGICA, TER RACIOCÍNIO CONSISTENTE E SEM CONTRADIÇÕES

(A) No terá efeitos sobre a pena de Pedro, pois a lei que rege o crime é a do momento da sua consumação e posteriores modificações legislativas não abarcam crimes já consumados.
(B) No terá efeitos sobre a pena de Pedro, em virtude da proteção constitucional a coisa julgada, que impede a aplicação de posteriores modificações legislativas a crimes com sentença transitada em julgado.
(C) Somente teria efeitos sobre a pena de Pedro caso ele houvesse sido condenado à pena de detenção, e não de inclusão.
(D) Conferiria a Pedro o direito de ser imediatamente solto, pois a referida lei tem efeitos retroativos e descriminaliza o ato que motivou a sua prisão.
(E) Não terá efeitos sobre a pena de Pedro, pois a referida lei não revoga o tipo penal por cuja pratica ele foi condenado.

64. São causas excludentes da ilicitude:

(A) o estado de necessidade, a legítima defesa e a emoção ou a paixão.
(B) o estado de necessidade, a legítima defesa e o estrito cumprimento de dever legal ou o exercício regular de direito.
(C) a emoção ou a paixão, o estado de necessidade e o estrito cumprimento de dever legal ou o exercício regular de direito.
(D) a legítima defesa; a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substâncias de efeitos análogos e o estado de necessidade.
(E) o estado de necessidade, a emoção ou a paixão e o estrito cumprimento de dever legal ou o exercício regular de direito.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL (08 questões)

65. Logo que tomar conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial não deverá, entre outras ações:
(FUNIVERSA/PC-DF/Perito Médico-Legista/2008, questão 77)

(A) dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
(B) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
(C) colher todas as provas que servirem para esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
(D) ouvir o ofendido.
(E) ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico caso o identificado apresente documentação válida que o identifique.

66. Sobre o inquérito policial e ação penal, assinale a alternativa correta.
(FUNIVERSA/PC-DF/Perito Criminal/2008, questão 73)

(A) O inquérito policial pode ser instaurado de ofício pela própria autoridade policial tanto nos casos de ação penal pública quanto nos de ação penal privada.
(B) Nos crimes que a ação pública depender de representação, essa poderá ser tratada até o momento do recebimento da denúncia.
(C) O inquérito policial, por ser o procedimento administrativo encarregado de fornecer os elementos de prova necessários à elucidação da autoria e materialidade do delito, torna-se indispensável à propositura da ação penal.
(D) Na ação penal pública condicionada, a representação, como condição de procedibilidade, não tem forma sacramental, bastando a manifestação de vontade inequívoca da vítima em prosseguir com a apuração do fato.
(E) O prazo decadencial do direito de queixa do ofendido na ação penal privada é de 6 meses contados do cometimento do fato crime.

67. De acordo com o código de Processo Penal acerca da prisão em flagrante assinale a alternativa incorreta.
(FUNIVERSA/PC-DF/Perito Criminal/2008, questão 77)

(A) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
(B) Considera-se em flagrante, no sentido próprio, quem está cometendo a infração penal.
(C) É hipótese de quase flagrante quando o agente conclui a infração penal sem ser preso no local do delito, fazendo com que haja perseguição por parte da polícia.
(D) Dentro de vinte quatro horas após a prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante, bem como será entregue ao preso a nota de culpa.
(E) A ausência de comunicação da prisão em flagrante imediatamente à autoridade judiciária competente acarreta a nulidade do ato.

68. A respeito da ação penal, assinale a alternativa correta.
(FUNIVERSA/PC-DF/Escrivão/2008, questão 62)

(A) O fato de o Ministério Público deixar de oferecer denúncia contra quem não reconheceu a existência de indícios de autoria na prática do crime ofende o princípio da indivisibilidade da ação penal.
(B) A ação penal privada subsidiária da pública será admitida na hipótese de pedido de arquivamento pelo Ministério Público, ainda não apreciado pela autoridade judiciária.
(C) O Ministério Público está vinculado à definição jurídica do fato constante da representação.
(D) A representação prescinde de rigor formal, para fins da ação penal pública condicionada, bastando a demonstração inequívoca do interesse do ofendido ou de seu representante legal.
(E) O ofendido ou seu representante legal poderá exercer o direito de queixa dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vierem a saber quem foi o autor do crime. Este prazo, que é decadencial, somente se interrompe com o recebimento da queixa-crime e não com o seu oferecimento.

69. Assinale a alternativa correta com relação à jurisdição e à competência
(FUNIVERSA/PC-DF/Escrivão/2008, questão 63)

Brasília, terça-feira, 24 de fevereiro de 2009 • 7

(A) Viola o princípio da indelegabilidade da jurisdição a expedição de carta precatória de juiz federal para juiz estadual a fim de realizar atos citatórios e probatórios.
(B) Compete à justiça federal o processo de contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.
(C) Compete ao STF processar e julgar deputado federal pela prática de crime doloso contra a vida, como o homicídio doloso.
(D) No crime de homicídio, quando a morte é produzida em local diverso daquele em que foi realizada a conduta, a jurisprudência orienta-se no sentido de que o foro competente é o do resultado.
(E) Compete à justiça castrense processar e julgar o crime de abuso de autoridade praticado por policial militar, quando em serviço.

70. Nas ações penais privadas, a queixa é a petição inicial, contendo a acusação formulada pela vítima, por meio de seu advogado, contra o agente do fato delituoso. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.
(SEJUS - TÉCNICO PENITENCIÁRIO - FUNIVERSA 2008, questão 52)

(A) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público.
(B) A queixa não poderá ser dada por procurador, ainda que este possua poderes especiais.
(C) A queixa contra qualquer dos autores do crime não obriga os demais, uma vez que o ofendido não está obrigado a ajuizar ação penal contra todos os agressores que tenham, juntos, cometido o delito.
(D) A renúncia ao exercício do direito da queixa em relação a um dos autores do crime não beneficia os outros eventuais co-autores.
(E) O perdão, como ato unilateral do ofendido, concedido a um dos autores do crime não beneficiará os outros eventuais co-autores.

71. A respeito da prova no processo penal brasileiro, assinale a alternativa incorreta.
(SEJUS - TÉCNICO PENITENCIÁRIO - FUNIVERSA 2008, questão 53)

(A) A prova pericial é indispensável se existirem vestígios; todavia, se os vestígios desaparecerem, a prova subjetiva pode superar a pericia.
(B) Os crimes que deixam vestígios serão objeto de exame de corpo de delito, que só poderá ser direito, in loco.
(C) O laudo pericial deverá ser elaborado no prazo máximo de dez dias, podendo esse prazo ser prorrogado.
(D) Apesar de adstrito às provas constantes nos autos, o juiz é livre para apurar os fatos independentes da iniciativa da acusação e da defesa.
(E) Não será feita a autópsia quando, em um incêndio, o corpo da vítima estiver totalmente carbonizado e não houver sinais de ocorrência de infração penal a apurar.

72. No tocante ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.
(SEJUS - TÉCNICO PENITENCIÁRIO - FUNIVERSA 2008, questão 51)

(A) Somente poderá ser instaurado mediante requerimento, não havendo possibilidade de ser iniciado de ofício pelo delegado de polícia.
(B) É prescindível para o oferecimento da denúncia se o Ministério Público dispuser de elementos indispensáveis à propositura da ação penal.
(C) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá ser não ser iniciado.
(D) É nulo se faltar a nomeação de curador ao réu maior de dezoito e menor de vinte anos de idade.
(E) Cuidando-se de crime de ação penal privada, pode ser instaurado de ofício pela autoridade policial, desde que tenha presenciado a prática da infração penal.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE (06 questões)
--

73. A progressão de regime, no caso dos condenados a crime hediondo ou equiparado

(A) é vedada.
(B) dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
(C) dar-se-á após o cumprimento de 1/5 (um quinto) da pena, se o apenado for primário, e de 2/5 (dois quintos), se reincidente.
(D) dar-se-á após o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
(E) n.d.a.

74. A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes hediondos e equiparados

a) terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
b) terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
c) não é possível.
d) terá o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade
e) n.d.a.

ECA

75. Sobre a medida de internação, assinale a alternativa incorreta
a-Será aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

b- Será aplicada por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

c- Será aplicada por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Confira o gabarito

■ Acertou muitas questões? O simulado de hoje é importante para você avaliar o seu nível de conhecimento e checar as matérias em que precisa de reforço nesses poucos dias que antecedem as provas. Para isso, pegue o gabarito no suplemento de amanhã e confira o seu desempenho.

■ Depois, pegue as repostas comentadas por especialistas em concursos públicos na internet (veja os sites abaixo). Elas valem como aulas especiais para você tirar dúvidas, descobrir novos macetes e aprender conteúdos que ainda não havia repassado. E boa sorte nas provas!

■ Para garantir pontos que podem ser decisivos na classificação final, invista nos conteúdos de conhecimentos específicos e português. No caso de empate, de acordo com o edital, a preferência será (pela ordem) para o candidato mais idoso; com maior nota na Prova de Verificação de Aprendizagem do Curso de Formação Profissional; que acertar mais questões de conhecimentos específicos; ou que fizer mais pontos em língua portuguesa.

VEJA AMANHÃ:

SIMULADÃO DA POLÍCIA MILITAR E GABARITOS DA POLÍCIA CIVIL E DA POLÍCIA MILITAR

Confira as respostas comentadas dos simulados da ANA, Detran-DF, Anatel, Antaq e Polícia Civil nos sites:

www.concursos.correioweb.com.br,
na seção Simulados
e
www.vestconcursos.com.br

Não se afobe

ANTES DOS 30 MINUTOS FINAIS DO PRAZO PARA FAZER OS TESTES, O CANDIDATO QUE SAIR NÃO PODE LEVAR O CADERNO DE PROVAS. APROVEITE PARA REVISAR TUDO

d - Quando houver descumprimento reiterado da medida anteriormente imposta, o prazo da internação poderá ser superior a três meses.
e - n.d.a

76. Segundo a novíssima Lei de Tóxicos, o usuário que for detido em flagrante portando droga para uso próprio, após o devido processo legal, poderá ser apenado com

- advertência sobre os efeitos das drogas, ou prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- pena de prisão simples.
- pena de detenção.
- pena de reclusão.
- n.d.a.

77. Sobre as medidas específicas de proteção, assinale a alternativa correta

- São aplicáveis à criança e ao adolescente em razão de sua conduta.
- São aplicáveis sempre que os direitos previstos no ECA forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- Podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, exceto a colocação em família substituta que exige procedimento judicial.
- Todas as alternativas acima estão corretas.
- n.d.a.

78. O regime disciplinar diferenciado previsto na Lei de Execução Penal terá duração máxima de

- cento e vinte dias sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- noventa dias sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- trinta dias sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- trezentos e sessenta dias sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
- n.d.a.

LEI ORGÂNICA (02 QUESTÕES)

79. Assinale a alternativa que indica um tipo de norma cuja edição não é prevista na Lei Orgânica do DF ESCRIVÃO DE POLÍCIA/ FUNDAÇÃO UNIVERSA, 2008

- Lei Ordinária
- Lei Complementar
- Medida Provisória
- Decreto Legislativo
- Emendas à Lei Orgânica

80. A Lei Orgânica do Distrito Federal poderá ser emendada mediante proposta de: (MÉDICO LEGISTA PCDF FUNDAÇÃO UNIVERSA 2007)

- um terço, dos membros da Câmara Legislativa; do Governador do Distrito Federal; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por dois por cento dos eleitores do Distrito Federal distribuídos em, pelo menos, quatro zonas eleitorais, com não menos de quatro décimos por cento dos eleitorados de cada uma delas.
- um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Legislativa; do Governador do Distrito Federal, de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores do Distrito Federal distribuídos em, pelo menos, seis zonas eleitorais, com não menos de três décimos por cento do eleitorado de cada uma delas.
- um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Legislativa; do Governador do Distrito Federal; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores do Distrito Federal distribuídos em, pelo menos, seis zonas eleitorais, com não menos de três décimos por cento do eleitorado de cada uma delas.
- um sexto, no mínimo, dos membros da Câmara Legislativa; do Governador do Distrito Federal; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores do Distrito Federal distribuídos em, pelo menos, seis zonas eleitorais, com não menos de três décimos por cento dos eleitorados de cada uma delas.
- um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Legislativa; do Governador do Distrito Federal; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por cinco por cento dos eleitores do Distrito Federal distribuídos em, pelo menos, seis zonas eleitorais, com não menos de seis décimos por cento do eleitorado de cada uma delas.

GABARITO DO SIMULADO DA ANTAQ

Questão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	C	C	E	E	C	C	C	E	E	C	C	E	E	E	C	C	E	E	E	C	E	C	E	C	C	C	E	C	E	E
Questão	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	C	E	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C	C	E	E	E	E	C	C	C	E	C	C	E	E	C	E	E	C
Questão	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	E	C	E	C	E	E	E	C	C	C	E	E	C	E	E	E	C	E	E	C	C	C	E	E	E	C	E	E	C
Questão	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	C	E	E	C	E	C	E	C	E	E	C	E	E	C	E

O NOSSO RITMO DE ESTUDOS É COMO O DO CARNAVAL: ACELERADO.

* JUNTE OS SEIS ANÚNCIOS DE 20 A 26/2, APRESENTE-OS NA VESTCONCURSOS E GANHE 20% DE DESCONTO NO PACOTE DO CURSO QUE ESCOLHER.


Vestconcurros
WWW.VESTCONCURSOS.COM.BR
ACESSE E CONHEÇA OUTROS CURSOS

906 NORTE E
TAGUATINGA -
AVENIDA SAMDÚ

3034 9545

